

Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

**Sub-eixo: Crise, trabalho e tendências contemporâneas das políticas sociais no
capitalismo**

REFLEXÕES SOBRE A CENTRALIDADE DA FAMÍLIA NAS POLÍTICAS ANTI-GÊNERO

MARLENE TEIXEIRA RODRIGUES¹

RESUMO

As políticas anti-gênero emergiram a partir da década de 2010 no bojo da ofensiva neoconservadora e estão ancoradas na defesa da família e no combate à "ideologia de gênero". Como se aborda aqui, seu propósito central é obstaculizar iniciativas que ampliam as noções tradicionais de gênero e desqualificar as que promovem a igualdade de gênero, a diversidade sexual e os direitos deLGBTQIA+.

Palavras-chave: Família; Ofensiva Neoconservadora; Políticas Anti-Gênero.

RESUMEN

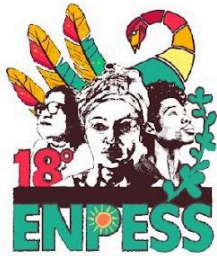
Las políticas anti género surgieron en la década de 2010 en medio de la ofensiva neoconservadora y están ancladas en la defensa dela familia y la lucha contra la "ideología de género". Como se analiza aquí, su propósito central es obstruir iniciativas que amplían las nociones tradicionales de género y descalifican aquellas que promueven la igualdad de género, la diversidad sexual y los derechos LGBTQIA+.

Palabras claves: Família; Ofensiva Neoconservadora; Políticas Antigénero.

NOTAS INICIAIS: PENSANDO A FAMÍLIA

Este texto propõe discutir a centralidade da família nas políticas anti-gênero no contexto atual de avanço da ofensiva neoconservadora, tendo como pano de fundo a importância desse debate para as políticas sociais e o Serviço Social. Antes, porém de se examinar o contexto de

¹ Universidade de Brasília



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

seu surgimento, os argumentos que lhe dão fundamento e as propostas por meios das quais se materializam tais políticas, vale sinalizar o entendimento de família, do qual se parte.

Uma das organizações sociais mais disseminada nas sociedades ocidentais, a família moderna está na base da consolidação e desenvolvimento capitalistas, cristalizando a separação entre vida laboral e vida familiar. A primeira, reservada ao público e ao trabalho produtivo, considerado como próprio do masculino, enquanto à família - heterossexista e desracializada -, é o espaço do privado, o trabalho reprodutivo e não remunerado, considerado próprio do feminino. Como destaca Anna Paula Uziel (2004, p.89) não obstante ser ainda “a que oferece ilusoriamente maiores garantias de felicidade. A família nuclear, modelo inspirador da sociedade ocidental, é cada vez mais uma experiência minoritária, embora ainda alimente os ideais de família”.

Enquanto categoria teórico-analítica a noção de família possui múltiplos significados e é um dos objetos clássicos das ciências sociais - muito embora tenha permanecido fora do foco desses estudos por um longo período, desde as últimas décadas do século XX (Fonseca, 2007; Therborn, 2006). No caso específico do Serviço Social, esse processo não foi diferente das demais ciências sociais, porém, tem uma peculiaridade, pois se o foco na família entrou em declínio quanto à produção bibliográfica, jamais deixou de estar no centro da atenção em termos de exercício profissional do serviço social, ainda que merecendo ora maior ou menor atenção, (Borges, 2008; Miotto, 2004).

No caso do Brasil, há que se considerar, ademais o enraizamento do *familismo* não só no Estado brasileiro e nas políticas públicas e sociais, com as quais o Serviço Social trabalha, mas também em amplos extratos da sociedade brasileira. De acordo com a perspectiva familista, a proteção social é de responsabilidade, fundamental e primeiramente da família, devendo o Estado e a sociedade organizada atuar, somente de maneira pontual e em situações excepcionais (Miotto; Dal Prá, 2025; Teixeira, 2020). Ou seja, há que se ter em conta que a família permanece como um valor moral central na sociedade brasileira, e que, historicamente e ainda hoje, permanece na base das iniciativas do Estado, em políticas sociais e programas governamentais. Igualmente, também, se faz presente nas práticas profissionais do Serviço Social, que jamais deixou de ter na família, o centro principal de suas ações (Miotto, 2004).

Este cenário tem ganhado novas matizes - também no campo do Serviço Social - devido aos esforços coletivos em construir um debate crítico sobre família, dentre os quais a Rede de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Pesquisa sobre Família e Política Social (REFAPS) se inclui. Por meio desses esforços tem-se logrado enfrentar a lacuna de produções bibliográficas e mais importante desenvolver pesquisas, produzir conhecimentos e novas perspectivas de intervenção profissional sobre família, que incorporam as contribuições dos estudos feministas e de gênero e do debate sobre interseccionalidade.

Cláudia Fonseca (2007) assinala que foram as críticas advindas da pesquisa feminista, pós-colonialista, gay e lésbica, nas últimas décadas, que transformaram radicalmente a problemática.

Parte fundamental desse movimento, a decolonialidade, como destaca Vera Lúcia Barbosa, (2023, p.169),

[...] configura-se num movimento indissociavelmente teórico, ético e político que questiona as pretensões de neutralidade e objetividade do conhecimento científico dos últimos séculos no campo das Ciências Sociais, que se constituíram como discursos legitimadores de opções político-econômico-ideológicas, tornando uma experiência particular de modernidade em padrão universal incontestado (Castro-Gómez, 2000).

As análises elaboradas a partir de tais referenciais têm logrado situar a família como uma instituição que assume formas diversas ao longo da história, criticam as configurações assumidas pela família, no capitalismo moderno. Ressaltando o conteúdo idealista do modelo burguês e patriarcal, que se organiza em torno da autoridade masculina e do casamento conjugal – casal de cônjuges e seus filhos, jogam luzes sobre sua incompatibilidade com a realidade. (Rodrigues; Falcão, 2021; Uziel, 2015).

Nessa direção, os estudos têm privilegiado a adoção de uma perspectiva sobre a família que contesta a ideia de sujeito genérico universal, mostrando que o sujeito pretensamente genérico que essa ciência construiu é homem, é branco, é heterossexual, é europeu é burguês e cristão, e que essa ciência, positivista e pretensamente universal é androcêntrica (Di Marco, 2005; Fonseca, 2007; Gama, 2008; Hirata; 2014; Teixeira, 2020).

Essas análises têm, assim, incorporado as desigualdades raciais, de gênero e de classe, que marcam as experiências individuais das pessoas e as relações sociais. Não é desnecessário recordar, que historicamente, o status atribuído as questões de gênero, raça e as dissidências sexuais é diferenciado. Devido menos às peculiaridades dos processos organizativos dos diversos segmentos sociais, que têm o seu próprio jeito de fazer e tempo de acontecer, mas a perpetuação na atualidade, dos sistemas opressivos perante os grupos que vivem discriminações perpetuadas, e uma certa hierarquização, em geral, entre as lutas das mulheres contra o

machismo, a luta das/os negras/os e da comunidade LGBTI+.

Em que pese esses desafios, as análises fundadas em tais perspectivas além de revelarem maior capacidade heurística, oferecem ferramentas teórico-políticas fundamentais para o enfrentamento dos retrocessos engendrados pelo crescimento da Nova Direita e a escalada da ofensiva neoconservadora (Coutinho; Almeida Júnior, 2024; Fonseca, 2005; Martins e Silva, 2020; Rodrigues; Falcão, 2021; Uziel, 2015).

Do ponto de vista do Serviço Social, como enfatizam Da Paz, Santos e Sant'Ana (2023, p. 7-8):

é necessário identificar as particularidades da composição da sociedade, de maneira a apreender algo fundamental para entender o contexto político e social desta segunda década do século XX: mecanismos estruturais construídos historicamente foram fundamentais para que as ideias de extrema-direita ganhassem robustez com muita facilidade; um caldo cultural marcado objetivamente por profundas desigualdades sociais - acirradas nos últimos anos pela crise do capital e pelas ideias neoliberais -, pelo racismo, pelo machismo e pelo heteropatriarcalismo.

E é a partir de tais considerações, que se analisa a seguir, o contexto de surgimento do neoconservadorismo, como elemento fundamental da constituição da Nova Direita, para os quais as políticas anti-gênero – e dentro destas, a chamada “família tradicional” ou “natural” - se colocam como estratégia central da luta política e difusão de suas pautas, como se verá a seguir.

OFENSIVA NEOCONSERVADORA, POLÍTICAS ANTI-GÊNERO E FAMÍLIA

O neoconservadorismo tem se manifestado, no Brasil, de forma evidente na última década, nas políticas públicas, nos discursos políticos e nas mobilizações sociais; mas não é fenômeno exclusivamente nacional.

A ofensiva neoconservadora é impulsionada pela emergência da Nova Direita, em todo mundo; parte de um movimento, gestado no bojo do capitalismo global, cujas dinâmicas de exploração e acumulação, engendram a associação entre as pautas tradicionais dos ultraconservadores com as diretrizes do modelo ultraliberal, propagadas pelo capital financeiro e os grandes grupos econômicos transnacionais, desencadeando, frequentemente, processos de desdemocratização.

O movimento que enseja a emergência da Nova Direita, e que agrega adeptos do neoliberalismo e do conservadorismo, está relacionado à reação ao welfare state, considerado como a origem dos problemas econômicos então enfrentados. Além disso, embora se identifique

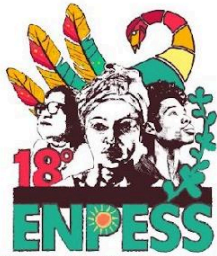
uma heterogeneidade de grupos e forças políticas, têm como preceitos comuns, a defesa dos valores tradicionais (especialmente a família patriarcal) e o combate ao Estado social e aos gastos públicos.

Para anular os problemas que identifica nesses campos e materializar suas pautas, a ofensiva neoconservadora trata de atacar e dismantelar leis que promovem a igualdade de gênero, a proteção contra a violência de gênero e os direitos reprodutivos sob a justificativa de proteger a família. Forjadas nesse contexto, suas políticas anti-gênero têm no horizonte não apenas minar os direitos das mulheres, mas também reforçar estruturas de poder desiguais, onde o Estado desempenha um papel ativo na manutenção dessas desigualdades,

No cerne dessas políticas está a rejeição a ideia de que o gênero seja uma construção social e cultural, ao invés disso, promovem a visão de que o gênero está biologicamente determinado e que a promoção de outras visões é prejudicial. Isso é refletido no slogan "Ideologia não vence a biologia", que refuta qualquer tentativa de desconstrução das normas tradicionais de gênero e sexualidade, colocando-se a "ideologia de gênero" como uma ameaça à família e à sociedade (Corrêa, 2020).

Utilizada como a ferramenta principal para combater a chamada "ideologia de gênero", a família - heteropatriarcal -, é promovida como a "solução" para problemas como violência, drogas e instabilidade econômica. Isso é frequentemente expresso através de campanhas políticas que usam a proteção da família como um slogan para justificar medidas regressivas que restringem direitos civis e sociais. O que contribui para a construção de uma moralidade pública que penaliza as diferenças e marginaliza aqueles que não se conformam ao modelo tradicional, criando um ambiente político e social que reforça as desigualdades e exclui minorias, ao mesmo tempo em que fortalece as estruturas patriarcais e heteronormativas (Corrêa, 2020; Teixeira, 2021; Junqueira, 2018).

O termo "ideologia de gênero" é frequentemente mobilizado como uma espécie de espantalho, como destaca Sonia Corrêa (2021), usado para assustar a população com a ideia de que estaria havendo uma suposta "doutrinação" nas escolas e uma ameaça à família tradicional. O uso das redes sociais para espalhar desinformação sobre a "ideologia de gênero" tem sido uma tática central, criando pânico moral e mobilizando eleitores conservadores. Conforme Junqueira (2018), a noção de "ideologia de gênero" é construída de forma a criar um inimigo comum que possa ser combatido por esses grupos, justificando assim políticas restritivas em relação a direitos sexuais e reprodutivos.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Alçada, pois, pelo neoconservadorismo à condição de principal alicerce da sociedade, a família é definida estritamente dentro de moldes heteronormativos e patriarcais e ocupa papel central dentro desse movimento. O discurso neoconservador promove a ideia de que a “família natural” - composta por um homem, uma mulher, seus filhos - é a única forma legítima de organização social. A noção de “família natural” é central na retórica anti-gênero utilizado para atacar as noções de gênero como uma construção social, retratando-as como uma ameaça à “ordem natural” e à família. Adota-se assim, uma visão binária e fixa dos sexos e dos papéis de gênero, reforçando que homens e mulheres têm papéis naturais e complementares, que não devem ser alterados por “ideologias” externas. (Teixeira, 2024).

Nesse contexto, a religião, especialmente o cristianismo, tem sido instrumentalizada pelo neoconservadorismo para legitimar a centralidade da família. Discursos religiosos são frequentemente mobilizados para argumentar que a chamada “família tradicional” é uma instituição sagrada, ordenada por Deus. Qualquer desvio desse modelo é visto como uma ameaça à moralidade, à estabilidade social e à ordem pública. Embora baseados em fundamentos religiosos, os grupos anti-gênero, adotam uma linguagem secular e cientificista para articular seus argumentos, buscando assim maior legitimidade no espaço público e político.

Um desafio adicional, que não se deve deixar de mencionar, se refere aos posicionamentos assumidos pelo “feminismo essencialista” e sua estranha aliança com movimentos neoconservadores. Ao enfatizar a “natureza feminina” como fundamento para a luta por direitos, os feminismos essencialistas afirmam a existência de características inatas e universais das mulheres. Via de regra, seus discursos estão centralizados na experiência das mulheres cisgêneras, brancas e de classe média; desconsiderando as múltiplas interseccionalidades que compõem as identidades das mulheres. Suas estratégias de ação, por consequência se baseiam em demandas que refletem as preocupações de um grupo limitado de mulheres, ignorando as realidades das mulheres que não se enquadram nessa visão homogênea. Tal abordagem desconsidera enfim, as diversas formas de ser mulher, gerando um feminismo excludente.

Converge assim com a ótica do neoconservadorismo, simplificando as questões de gênero e desconsiderando as experiências de mulheres negras, indígenas, trans e outras que vivem em situações de vulnerabilidade. Ao ignorar essas interseccionalidades, o essencialismo feminista falha em representar e defender de forma justa todas as mulheres, perpetuando assim exclusões dentro do próprio movimento feminista. O que revela os desafios significativos, tanto do ponto de vista da ofensiva neoconservadora quanto de debates internos ao próprio

movimento feminista.

Esses argumentos são parte de uma estratégia mais ampla que visa promover um imaginário de segurança e estabilidade social baseado na preservação da família tradicional e dos valores religiosos, em contraste com o secularismo e as liberdades individuais, que são vistos como destrutivos. Essa abordagem tem sido amplamente utilizada em discursos políticos e campanhas eleitorais, por meio da disseminação de pânicos morais, como uma maneira de mobilizar apoio entre a população.

As políticas anti-gênero no Brasil emergiram com força a partir da década de 2010, ganhando destaque no cenário político com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Também entre nós, a retórica anti-gênero tem sido amplamente utilizada, para criticar e barrar iniciativas que buscam promover a igualdade de gênero e os direitos LGBTQIA+ -consideradas uma ameaça que corrói os valores familiares tradicionais e promove uma suposta "confusão" de identidade entre crianças e jovens. E como tem sido possível observar, seu ímpeto não arrefeceu com o fim do mandato presidencial, revelando organização, recursos e sujeitos políticos comprometidos e atuantes, nas mais diferentes instâncias da vida social e política do País (Duarte e Almeida, 2023; Teixeira, 2024; Teixeira; Nunes; Oliveira, 2020).

A TÍTULO DE CONCLUSÃO

O papel da família na legitimação de políticas conservadoras faz parte de um processo intrinsecamente ligado a uma agenda global que se opõe à autonomia individual, à liberdade sexual e à igualdade de gênero.

A centralidade da família não é, pois, apenas uma questão de preservação de valores tradicionais, mas um movimento estratégico que busca consolidar um projeto de poder baseado em exclusão e controle social. Visto que as políticas que promovem a diversidade sexual ou a igualdade de gênero são entendidas, nesta perspectiva, como ataques diretos a essa instituição divina.

Como temos observado no Brasil, essa visão é usada, por exemplo, para justificar a oposição a direitos como o casamento igualitário, o aborto, a reprodução assistida e a adoção por casais homossexuais, alegando que esses direitos ameaçam a integridade da família e, por extensão, da sociedade. Propostas de lei, como o Estatuto do Nascituro e a Escola Sem Partido, buscam consolidar essas perspectivas, tentam retroagir com direitos e impedir a discussão de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

gênero nas escolas. Ademais com o apoio de grupos conservadores, muitas vezes ligados a bancadas religiosas no Congresso, buscam anular legislações e pautar cortes em políticas públicas e programas que promovem a igualdade de gênero.

Também aqui, se recorre à pânico morais para limitar a educação sexual nas escolas e para justificar legislações que promovem o direito dos pais de retirar seus filhos de aulas que considerem contrárias a seus valores religiosos ou morais. Essa abordagem reforça a ideia de que a proteção dos valores familiares deve prevalecer sobre o direito das crianças à educação inclusiva e informada.

Enfim, num contexto de avanço neoconservador, as políticas anti-gênero e os feminismos essencialistas no Brasil colocam desafios significativos para o Serviço Social, exigindo uma reflexão crítica sobre como esses fenômenos impactam a prática profissional. A profissão deve se posicionar de forma crítica, defendendo uma abordagem inclusiva e interseccional que reconheça a diversidade das experiências humanas e promova a justiça social. Como nos recorda Matilde Ribeiro (2023, p. 12):

Como em todo processo de luta por transformação social, em particular, as/os assistentes sociais a partir dos aprendizados adquiridos no campo do Serviço Social, como uma área de conhecimentos político e científico, vivem dores e delícias. E é importante nunca perder nossa bússola de construção de um mundo múltiplo, justo e igualitário, onde caibam todas as pessoas que conformam as sociedades. Portanto, nesse exercício do fazer com perspectiva transformadora, é que se assenta a produção acadêmica comprometida com novos saberes, e, ao mesmo tempo, dialogando com as culturas e expressões da vida cotidiana, nesse caso, saindo do lugar comum, e produzindo insumos teóricos, políticos e sociais mais abrangentes e democráticos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, VERA LÚCIA ERMIDA. Decolonialidade e Serviço Social: um debate emergente, *Serviço Social & Sociedade*, vol. 146, n. 1, 161-182. São Paulo: Cortez Editora. 2023.
<https://doi.org/10.1590/0101-6628.300> <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.308>

BORGES, Delma. A centralidade da família para o Serviço Social. [Trabalho de Conclusão de Curso – Bacharelado em Serviço Social]. Departamento de Serviço Social Universidade de Brasília. Disponível em: <
https://bdm.unb.br/bitstream/10483/678/3/2008_DelmaPereiraBorges.pdf >. Acesso em 04 de junho de 2024.

CORRÊA, Sônia. *Políticas antigênero na América Latina* [livro eletrônico]: resumos dos estudos de casos nacionais. Editado por Sonia Corrêa; Tradução Nana Soares. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinas de Aids (Abia), 2021.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

COUTINHO Vicente, A. L., & ALMEIDA JUNIOR, E. S. de. (2024). Guardiã ou abusadora? Neoconservadorismo e o lugar da família e da escola na garantia da dignidade sexual de crianças e adolescentes. *Oikos: Família E Sociedade Em Debate*, 35(1). Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/oikos/article/view/13151>. Acesso em 30 de julho de 2024.

DA PAZ, Rosangela, DOS SANTOS Jussara e SANT'ANA, Raquel. Serviço Social e as relações sociais de classe, gênero, raça/etnia e a perspectiva decolonial - Editorial, *Serviço Social e Sociedade*, v. 146(1), p. 5-15. São Paulo: Cortez Editora. 2023. Doi:
DI MARCO, Graciela (org.). *Democratización de las familias*. Buenos Aires: UNICEF, 2005.

DUARTE, Marco José de O. e ALMEIDA, Carla Cristina L. de (Orgs.). *Raça, Gênero e Sexualidade: Perspectivas contemporâneas no serviço social*. Curitiba: Editora CRV. 2023

FONSECA, Claudia. Apresentação – de família, reprodução e parentesco: algumas considerações. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 29, dez. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 maio 2009.

FONSECA, Claudia. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 50-59, ago. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.phpscript=sci_arttext&pid=S0104-12902005000200006&lng=en&nrm=iso14. Acesso em: 4 maio 2018.

Garcia, C. C. (2018). Feminismos, diferenças e interseccionalidades: desafios contemporâneos para o movimento feminista. *Revista Estudos Feministas*, 26(3), e46116

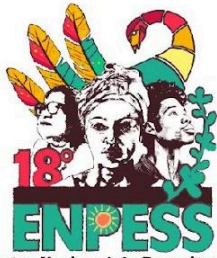
HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça - Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais, *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1, 2014, p. 61-73. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v26n1/05.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2015

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Revista Psicologia política* [online]. 2018, vol.18, n.43, p.449-502. ISSN 1519-549X.

MIOTO, Regina Célia T. e DAL PRÁ, Keli Regina. Serviços sociais e responsabilização da família: contradições da política social brasileira, In MIOTO, R. C.; CAMPOS, M. S.; CARLOTO, C. M. (Orgs.). *Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social*. São Paulo: Cortez, 2015.

RIBEIRO, Matilde. Prefácio, In DUARTE, Marco José de O. e ALMEIDA, Carla Cristina L. de (Orgs.). *Raça, Gênero e Sexualidade: Perspectivas contemporâneas no serviço social*. Curitiba: Editora CRV. 2023

RODRIGUES, Emanuelle Gonçalves Brandão; FALCÃO, Carolina. FAMÍLIA DE DEUS, VALORES NEOLIBERAIS: DAMARES ALVES E A DEPURAÇÃO DE DIREITOS. *Revista Relegens Thréskeia*, [S.I.], v. 10, n. 2, p. 54-77, dez. 2021. ISSN 2317-3688. Disponível em:



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

<<https://revistas.ufpr.br/relegens/article/view/82436/45301>>. Acesso em: 13 ago. 2024.
doi:<http://dx.doi.org/10.5380/rt.v10i2.82436>.

TEIXEIRA, Marlene. Família e relações sociais de gênero: contribuições para pensar a política social. *Família e Política Social: gênero, gerações e cuidado*. 1ed. Florianópolis: UFSC, 2020, v. 1, p. 137-160.

TEIXEIRA, Marlene. A Ofensiva Neoconservadora contra Mulheres e Sexualidades Dissidentes, In *Estado, política social e direitos*. SALVADOR, Evilásio da S. [et al.] (ORG.). Embu das Artes, SP: Alexa Cultural. p.119-206. 2021

TEIXEIRA, Marlene. Apontamentos sobre a Inserção do Brasil na Ofensiva Neoconservadora Internacional sob Bolsonaro. *Argumentum* (VITÓRIA), v. 16, p. 40-55, 2024.

THERBORN, Göran: *Sexo e poder: a família no mundo (1900-2000)*. São Paulo: Contexto, 2006.

UZIEL, Ana Paula. Homossexualidade e parentalidade: ecos de uma conjugação. In: HEILBORN, Maria Luiza (org.). *Família e sexualidade*. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas, 2004. p. 87-118.